



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA
PRISIONAL**

TERESINHA GOMES ÁVILA

OS DESAFIOS DE ENSINAR E DE APRENDER NO SISTEMA PRISIONAL

**FORTALEZA
2013**

TERESINHA GOMES ÁVILA

OS DESAFIOS DE ENSINAR E DE APRENDER NO SISTEMA PRISIONAL

Monografia elaborada como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Orientadora: Prof^ª. Ms. Raquel Carine Martins Beserra.

FORTALEZA
2013

OS DESAFIOS DE ENSINAR E DE APRENDER NO SISTEMA PRISIONAL

TERESINHA GOMES ÁVILA

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ____/____/____

Prof^a. Ms. Raquel Carine Martins Beserra.
Orientador (a)

Teresinha Gomes Ávila
Orientanda/o

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Prof^a. Dr^a. Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ser uma fortaleza na minha vida.

Ao meu companheiro por acreditar no meu potencial.

Aos meus professores pela valiosa colaboração.

A Deus, por ter me dado o meu bem mais precioso... a vida.

Por fim, aos meus filhos Renato e Ricardo pelo amor que têm pela minha pessoa.

“Para fazer alguma coisa, é necessário querer muito. Para querer apaixonadamente, é necessário acreditar com loucura”.

(Régis Debray)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre os desafios de aprender e de ensinar no sistema prisional, buscando compreender a superação das dificuldades encontradas para a realização de tal tarefa. Para relacionar-se com o meio em que estamos inseridos é imprescindível dispor das habilidades de ler e de escrever, a partir delas somos capazes de desenvolver outros tipos de conhecimentos e participar de forma ativa da vida em sociedade. A aprendizagem, como um processo contínuo e necessário, apresenta inúmeras vantagens para quem a adquire, mas, por sua vez, revela suas dificuldades que são evidenciadas através da “evasão”, da reprovação e do fracasso escolar como um todo. A presente pesquisa caracterizou-se como bibliográfica. Nosso embasamento foi feito a partir de Freire (1967, 1987 e 1996), Nóvoa (1995 e 2003), Foucault (1979) e Jardim (2001). Oferecer ensino de qualidade a jovens e adultos do sistema prisional requer do professor formação necessária e habilidades que venham de encontro aos anseios daqueles que perderam a dignidade e autoestima, e aspiram por uma nova oportunidade de socialização. Através da educação é possível ter novas oportunidades, ela permite vislumbrar horizontes de mudanças numa perspectiva de cidadania participativa e atuante. Contudo, o educando precisa ser motivado e o professor embasado da importância de seu papel na vida desses indivíduos. Ao concluir este trabalho, pudemos observar que a educação prisional oferecida no Brasil ainda está longe de alcançar os objetivos almejados tanto por educadores como pela sociedade.

Palavras-chave: Educação Prisional. Aprendizagem. EJA.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 A APRENDIZAGEM E SUAS DIFICULDADES.....	10
2.1 Reflexões sobre aprendizagem e leitura.....	11
2.2 O fracasso escolar.....	16
2.3 Obstáculos e a busca do êxito na leitura.....	19
3 APRENDIZAGEM E CONTEXTO CULTURAL NO SISTEMA PRISIONAL.....	22
3.1 Educação nas prisões: uma dura realidade.....	24
3.2 A educação e suas perspectivas.....	26
3.3 O difícil papel do professor.....	28
4 INCLUSÃO: MITO OU REALIDADE?.....	33
4.1 As dificuldades para romper com a barreira da exclusão.....	35
4.2 Educação, um foco de esperança.....	38
4.3 O papel das instituições e do governo.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

Estudos na área da educação mostram sobre as dificuldades enfrentadas para se estabelecer um ensino de qualidade dentro das escolas públicas, essas dificuldades se agravam ainda mais quando o mesmo é oferecido no interior das unidades prisionais. Ensinar e aprender dentro desse sistema representa um desafio para professores, alunos, governantes e para o próprio sistema educacional.

Por isso, este trabalho tem como objetivo central identificar os fatores que dificultam o processo de aprendizagem da leitura e da escrita pelos educandos que se encontram reclusos em casa de detenção, presídios e outros. Para os objetivos específicos, propomos: a) refletir teoricamente sobre as implicações do processo de aprendizagem escolar, sobretudo no que concerne à leitura e à escrita; b) caracterizar o ensino dentro do sistema prisional, considerando o papel do professor como mediador desse processo e c) levantar as dificuldades para desenvolver a tarefa, questionando os propósitos da inclusão.

A aprendizagem é vista, muitas vezes, como processo natural do ser humano e nisso inclui-se também a aprendizagem escolar. No entanto, esta depende de uma série de fatores que influenciam de forma direta ou indireta no processo. Quando esta aprendizagem não ocorre de forma espontânea surge o que chamamos de dificuldades de aprendizagem que representa um dos maiores desafios da educação contemporânea.

O sistema educacional brasileiro enfrenta grandes obstáculos na busca de alcançar seu pleno desenvolvimento que vai desde a questão estrutural da família, à formação dos professores, os investimentos na educação até o interesse do aluno. A família, a sociedade e os órgãos governamentais têm uma influência direta na realização e no sucesso desta tarefa. Por isso, buscou-se compreender sobre o papel da sociedade na ressocialização desses indivíduos e as oportunidades ofertadas para a reinserção deles no convívio social como cidadãos.

Para que o processo educacional seja posto em prática, é necessário ver na pessoa do profissional, o professor, aquele que desempenha um papel fundamental, como uma “ponte” entre a prisão e a liberdade que o conhecimento oferece. O público do sistema prisional não são pessoas privadas apenas da liberdade de ir e vir, mas de uma forma geral possuem um histórico familiar

desestruturado, tem uma baixa autoestima e, sobretudo, são frutos de um contexto social e econômico marcado pela desigualdade.

Através da educação é possível vislumbrar a igualdade, a dignidade e a oportunidade. Contudo, as pessoas que se encontram à margem da sociedade ou reclusas em prisões, necessitam ainda de atendimento às demais necessidades, sejam de saúde, sociais ou outras. No entanto, nesse contexto, o da prisão, a educação deve ser posta como prioridade, pois contribuirá de forma efetiva para que após o cumprimento da pena o indivíduo possa ser inserido no mercado de trabalho.

O estudo procurou mostrar que a leitura e a escrita são ferramentas importantes de inclusão do indivíduo, tornando-o um ser crítico e reflexivo, contribuindo de forma direta no fortalecimento de sua cidadania.

A experiência de lecionar em um centro socioeducativo que abriga jovens em conflito com a lei, observando as dificuldades que eles apresentam em internalizar o ensino, levou-me a pesquisar sobre o assunto. Mudança de humor, privação da liberdade, período de abstinência às drogas, desinteresse pela aprendizagem me motivaram a compreender melhor sobre o papel do professor na busca da superação desses problemas em vista do seu desempenho como profissional.

A sala de aula é um lugar de inclusão por excelência, pois nela é possível fazer das diferenças um motivo de crescimento, seja no campo social, racial, físico, étnico ou financeiro. Quando o currículo das escolas se aproxima da realidade do aluno é possível superar a lógica da exclusão. A educação abre as portas da liberdade de pensamento, da ignorância e quando ofertada nas prisões ela assume literalmente essa função.

Nesta perspectiva, as universidades e os governantes assumem um papel importante. Os governantes no que diz respeito aos investimentos aplicados na educação, na formação dos professores e na infraestrutura das escolas. As instituições de ensino superior, na proposta de formação dos profissionais com vistas a aproximar essa formação do professor à realidade do ambiente escolar em toda a sua diversidade.

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica, fundamenta-se nas concepções teóricas de FREIRE (1967, 1987 e 1996); NÓVOA (1995 e 2003); FOUCAULT (1979); JARDIM (2001); SCOZ (1996), dentre outros. A pesquisa se utilizou de forma complementar, de escritos em livros, artigos de revistas, meios eletrônicos, entre

outros. Uma de suas finalidades é colocar o investigador em contato com o que foi produzido a respeito do tema proposto.

Para melhor compreensão do trabalho apresento o tema dividindo-o em três capítulos distintos. O primeiro trata do processo de aprendizagem, considerando algumas dificuldades que representam desafios na educação do nosso país, sobretudo as causas que levam ao fracasso escolar. Este fracasso está, muitas vezes, relacionado ao não desenvolvimento da leitura, visto que a leitura está diretamente ligada à aprendizagem. Nesse sentido, a leitura é uma das ferramentas responsáveis por desenvolver no indivíduo o pensamento crítico e inseri-lo no contexto social através da aquisição do conhecimento da realidade.

Já no segundo capítulo, abordo o contexto da educação dentro do sistema prisional, seus sujeitos e possibilidades. Enfatizo, ainda, a educação oferecida aos reclusos como fonte de mudança, pois a mesma representa a esperança de superação e a oportunidade de reintegração ao mercado de trabalho e ao convívio social e ainda sobre o papel do professor.

Já no terceiro capítulo trago algumas considerações a respeito da inclusão e da exclusão das pessoas que vivem “à margem” da sociedade. Trato, ainda, da educação como fator determinante para a inclusão do ser como cidadão, bem como o papel das universidades e do governo na proposta de formação de profissionais comprometidos com a questão social, situando a educação como ponte que possibilite passar para uma situação de menos desigualdade.

Por fim, traço as considerações finais que me autorizam afirmar que a educação no sistema prisional ainda está aquém das políticas prioritárias governamentais. Alguns avanços foram realizados no campo político traduzidos nos documentos oficiais, porém a prática revela que há um longo caminho de lutas a ser feito para viabilizar direitos até então conquistados.

2 A APRENDIZAGEM E SUAS DIFICULDADES

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade”.

(Immanuel Kant)

Desde os primeiros anos de vida o ser humano é colocado em contato com situações de aprendizagem, ele aprende a andar, a comer, a falar, e cada aprendizado é significativo, pois lhe permite sobreviver e construir sua existência no meio em que vive. A construção do conhecimento é um processo histórico da espécie humana que desde muito cedo aprende as mais diversas formas de se relacionar com os outros a fim de garantir seu enfrentamento do mundo e, assim, poder viver.

Neste capítulo, procuramos compreender quais as principais dificuldades encontradas pelos alunos e pelos professores para que a aprendizagem ocorra de forma satisfatória no ambiente escolar, compreendendo quais os motivos que os levam, muitas vezes, ao fracasso escolar. Por outro lado, é preciso considerar que:

A aprendizagem escolar também é vista como um processo natural, que é consequência de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, as emoções, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão envolvidos, porém, deve-se levar em conta que para que essa aprendizagem ocorra de forma eficaz ela deve ser prazerosa, o aluno deve sentir prazer em aprender. A leitura deve ser uma atividade básica e necessária na vida dos alunos, por isso, a constante preocupação dos professores em fazer os alunos criarem o gosto pela leitura de textos diversificados, como sendo realmente uma das maiores preocupações a ser exigidas, tanto pela escola como pelos professores. A escola não foi uma instituição criada para ensinar a ler e escrever, se expandiu de modo paulatino e irreversível, atingindo aos poucos todas as áreas e segmento do corpo social. Acredita-se que o objetivo do aluno e do professor seja a formação de um leitor, visando ao desenvolvimento de estratégias de leitura e de escrita eficiente que permitam ao aprendiz a compreensão da palavra escrita. (KLEIMAN, 1993, p.11).

De acordo com o autor, a aprendizagem e a construção do conhecimento são processos que ocorrem naturalmente no ser humano, às vezes, de forma espontânea, inclusive a aprendizagem da leitura e da escrita. No entanto, é importante saber que a qualidade dessa aprendizagem, ou seja, da leitura e da escrita é um processo sobre o qual é preciso muita reflexão, levando-se em conta o tempo que é dedicado à sua realização, as condições em que ela ocorre e os fatores que favorecem ou a dificultam.

A escola e o professor devem estar atentos a um importante componente da aprendizagem: o gosto pela leitura. Deve ser oferecida ao aluno uma diversidade de textos para motivá-lo a criar gosto pelo que se lê. A leitura seria uma das portas de entrada para o mundo letrado, como também para o desenvolvimento de um pensamento crítico e para a formação cidadã do indivíduo.

Ler e escrever não são tarefas que começam e acabam entre quatro paredes de uma sala de aula, elas têm uma profunda relação com o contexto de vida, da família e das experiências que o indivíduo traz consigo.

A psicopedagogia nos ajuda a compreender o processo de aprendizagem humana e suas dificuldades, levando-se em conta as realidades interna e externa, englobando vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os. Assim procura-se compreender de forma integrada os processos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares, sociais e pedagógicos que circunscrevem à condição do sujeito no processo de aprendizagem, a fim de possibilitá-lo as várias situações de aprendizagem de forma prazerosa, pois,

As dificuldades de aprendizagem representam um dos problemas centrais da educação contemporânea, tanto por sua complexa definição teórica como pelas dificuldades de sua interpretação pelos agentes de ensino. (JARDIM, 2001, p.100).

Segundo o autor, as dificuldades de aprendizagem consistem em um dos maiores obstáculos para o sucesso do processo educacional, levando muitas vezes, o aluno ao chamado fracasso escolar, desestimulando tanto o professor como o aluno em suas caminhadas. A seguir, discuto sobre o processo de aprendizagem da leitura no sistema escolar.

2.1 Reflexões sobre aprendizagem e leitura

A aprendizagem escolar está intrinsecamente ligada ao ato de ler. A leitura trata-se de uma atividade que depende do processamento individual, mas se insere num contexto social e envolve capacidade relativa à compreensão, a produção de sentido. A abordagem dada à leitura abrange desde capacidades necessárias ao processo de alfabetização até aqueles que habilitam o aluno à participação ativa nas práticas sociais (SILVA, 2010, p.1).

A leitura é uma habilidade básica que os alunos devem adquirir durante sua vida escolar, pois se trata de um processo indispensável para a formação crítica de qualquer indivíduo que convive em sociedade. Neste sentido, a escola como parceira e principal incentivadora na aprendizagem e na formação de seus leitores, desempenha um papel de extrema importância.

Não podemos compreender a leitura como um simples processo de decodificação de signos linguísticos, mas como a capacidade que o indivíduo tem para compreender, absorver e criticar, ou seja, utilizar seus conhecimentos prévios à sua leitura e a partir de então construir seus próprios conceitos, senão vejamos:

Por leitura se entende toda manifestação lingüística que uma pessoa realiza para recuperar um pensamento formulado por outra e colocado em forma de escrita. Uma leitura pode ser ouvida, vista ou falada. (MELLO, 2007, p. 1).

A autora reforça que a leitura oral pode ser feita não somente por quem lê, mas pode ser dirigida a outras pessoas que também “leem” o texto ouvindo-o. Ouvir história é uma forma de ler. A diferença entre ouvir a fala e ouvir a leitura está em que a fala é produzida espontaneamente, ao passo que a leitura é baseada num texto escrito, que tem características próprias diferentes da fala espontânea.

A leitura oral, falada ou ouvida processa-se ligada de maneira semelhante à percepção auditiva da fala. A leitura visual, falada ou silenciosa, além de pôr em funcionamento o mesmo mecanismo de percepção auditiva da fala para a decodificação do texto precisa pôr em ação os mecanismos de decifração da escrita. De acordo com Mello (2007, p. 1), não existe leitura sem decifração da escrita.

Uma leitura em voz alta, além de levar em conta o que se deve fazer para dizer algo em termos de produção sonora da fala, exige ainda que o leitor acompanhe um raciocínio sobre um pensamento exterior expresso por outra pessoa e que ele declama como se fosse um ator. No ato da leitura em voz alta, o leitor deve em primeiro lugar decifrar o que está escrito e depois reproduzir oralmente o que foi decifrado.

A leitura é uma prática social que envolve atitudes, gestos e habilidades que são mobilizados pelo leitor, tanto no ato da leitura propriamente dito, como no que antecede a leitura e no que decorre dela. (BATISTA, 2006: 45).

Assim, o sujeito demonstra conhecimento de leitura quando sabe a função de um jornal, quando se informa sobre o que tem sido publicado, quando localiza pontos de acesso público e privado aos textos impressos: bibliotecas, livrarias, bancas etc. Falando de outra forma, depois que um leitor realiza a leitura, os textos que leu vão determinar suas futuras escolhas e servirão de base para outras leituras.

A leitura faz parte do dia a dia do aluno. Ler para obter informações simples e complexas, para buscar diversão e descontração. Ler é colher novas ideias, é interagir, é criar sentido, é compreender e interpretar,

Ler implica não só aprender o significado, mas também trazer para o texto lido a experiência e a visão de mundo do leitor. Existe, portanto, uma interação dinâmica entre leitor e texto, surgindo da leitura um novo texto. (ZILBERMANN, 1988, p. 14).

É através do processo de aprendizagem que a pessoa desenvolve aptidões para ler, escrever, compreender, interpretar diferentes tipos de gêneros de textos. A leitura é um processo no qual o leitor põe em prática um trabalho intenso de construção do significado do texto, a partir do seu conhecimento sobre o assunto e sobre o autor. Porém, a leitura não foi sempre tratada dessa forma; as concepções anteriores entendiam leitura como decodificação, ou seja, conversão de letras e sons. Por conta dessa concepção, a escola vem produzindo muitos leitores capazes de decodificar textos, mas com grandes dificuldades de compreenderem o que leem.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997, p. 34), é importante dizer que a decodificação é uma das fases do processo de aprendizagem da leitura, pois:

A leitura é uma atividade de assimilação, de conhecimento, de interiorização e reflexão, o que a torna essencialmente individual. Por isso é de grande importância na vida do ser humano como uma expressão de sua socialização, de sua comunicação e identificação no meio em que vive. (CAGLIARI, 1997, p. 152).

Percebe-se, assim, a grande importância que tem o aprendizado da leitura ou uso da mesma na transformação do pensamento, na socialização do indivíduo. Por isso, a instrução educacional não pode faltar na vida do ser humano mesmo que este esteja privado de sua liberdade ou em situações que dificultem a realização da mesma.

Quando um aluno não adquire proficiência desejada na leitura ou na escrita a responsabilidade, geralmente, é atribuída a ele próprio ou às suas condições de vida. Considera-se que o envolvimento das crianças, dos adolescentes e dos adultos com apelos da mídia eletrônica é responsável pela falta do gosto pela leitura e, conseqüentemente, pelo fracasso escolar. Para Terzi (1997, p. 9):

Quando se trata de alunos da escola pública, o fracasso na aprendizagem da leitura [...] é aceito, tomado como previsto e justificado com expressões já solidificadas do tipo 'faltou alimento na infância', 'precisa ajudar no sustento da casa', etc.

Essas são apenas algumas das causas demonstradas para se justificar o problema. Pois, como sabemos, mesmo considerando a influência de fatores externos à sala de aula, determinadas práticas pedagógicas desmotivadoras advindas de concepções equivocadas de leitura são, em sua maioria, responsáveis pelo fracasso na formação de bons leitores.

As dificuldades de aprendizagem podem ser específicas, quando no caso o aluno expressa dificuldades na leitura, ou pode ser geral, quando, por exemplo, ele apresenta um aprendizado mais lento que o normal em uma série de tarefas. Porém, para que uma dificuldade de aprendizagem seja identificada, é necessário que se realize uma série de atividades de cunho avaliativo. Somente com base nela, deve-se desenvolver um programa que leve em conta as exigências da tarefa, o comportamento e as habilidades cognitivas do indivíduo e o contexto no qual a intervenção se dará. Ferreiro (1986, p. 128), afirma que:

Não acredito que possamos atribuir à escola toda responsabilidade de formar o cidadão alfabetizado de que se necessita: leitor crítico, leitor versátil. Escritor criativo, escritor competente. A tarefa alfabetizadora ultrapassa, e muito, a escola.

Nos inquieta o fato de não conhecer na verdade sobre as demandas cognitivas de tarefas como linguagem, leitura e escrita e os problemas que os alunos com dificuldades de aprendizagem encaram frente a essas tarefas.

Acredita-se que alguns alunos apresentam dificuldade devido ao tipo de material utilizado e não ao modo como realmente aprendem. Entretanto, as diferenças entre as dificuldades de aprendizagem, gerais e específicas, não são tão claras quanto parecem: os alunos que apresentam somente uma dificuldade específica se destacam, manifestando dificuldades em mais de uma matéria, mas

não necessariamente em todas elas. Dada à variedade de tipos de dificuldades de aprendizagem, é necessário considerar os modos como elas podem ser classificadas.

As dificuldades de linguagem podem desencadear outras dificuldades de leitura, pois a leitura tem como base a linguagem, enquanto isto, as dificuldades de leitura podem levar a outros tipos de dificuldades como em aritmética, por exemplo,, porque a aritmética exige conhecimento de leitura.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos ficam cada vez mais evidentes quando se trata de interpretação de textos. Verifica-se que o aluno apenas decodifica, mas não compreende o que leu. O fato se torna preocupante quando observamos que uma grande parcela dos alunos que chegam ao ensino médio apresenta essas dificuldades desfavorecendo, assim, o pleno desenvolvimento cognitivo e social dos nossos jovens. Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o leitor precisa compreender o que lê,

Por muito tempo prevaleceu no âmbito escolar a concepção de que a leitura consistia em decodificar e converter letras em sons, sendo que a compreensão seria uma consequência natural dessa ação. Essa concepção equivocada levou a escola a produzir um grande contingente de leitores capazes de decodificar qualquer tipo de texto, mas que apresentam sérias dificuldades para compreender o que estão lendo. (PCN, p. 55).

É importante formar leitores proficientes, isto é, formar alunos capazes de realizar leituras com domínio de segurança. A partir do momento que os alunos apresentam um bom desenvolvimento na leitura, demonstra que a escola está cumprindo com sua parte no dever em relação à formação de seus discentes.

É de extrema importância que as pessoas envolvidas no processo educativo estejam atentas às dificuldades que surgem ao longo da vida estudantil,, observando se são momentâneas ou se persistem há algum tempo.

Tais dificuldades podem advir de diferentes fatores: orgânicos ou mesmo emocionais, e é importante que sejam descobertas a fim de auxiliar o desenvolvimento do processo educativo, percebendo se estão associadas à preguiça, ao cansaço, ao sono, à tristeza, à agitação, à desordem, dentre outros fatores considerados desestimulantes para o aprendizado.

Desta forma, podemos considerar que se a escola tiver uma metodologia voltada para a prática de uma leitura contextualizada e significativa, ela certamente estará no caminho certo para sucesso, ou seja, as instituições educacionais devem

cada vez mais valorizar os conhecimentos adquiridos pelos alunos fora do âmbito escolar e inseri-los à sua leitura. No intuito de que seus alunos aprendam a ler, puro e simplesmente ler, muitas vezes as instituições escolares parecem não estar oportunizando a prática de leituras significativas.

Em muitos casos a leitura é realizada com textos que não condizem com a realidade do aluno, sem nenhum significado para quem ler. Ao priorizar o ensino apenas da leitura em seu nível inicial, ou seja, apenas a decodificação, o ensino perderá seu sentido de formar pessoas críticas e estará voltado apenas para as cópias e repetições de textos do livro didático.

As dificuldades de aprendizagem mais conhecidas e estudadas na atualidade são a dislexia, seguidas da disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Elas são responsáveis, em sua maioria, por altos índices de evasão e reprovação, isto porque muitos desistem de estudar já que os métodos utilizados pelos professores não vão de encontro às suas necessidades. Tal situação pode gerar distúrbios sociais e comportamentais. A dislexia alcançou uma dimensão de doença e mesmo não sendo ela pode descontrolar a vida escolar de um indivíduo.

Quando voltamos para o campo do nosso estudo podemos considerar o fator emocional como preponderante e determinante para que a aprendizagem ocorra. A nossa capacidade de aprender está diretamente ligada ao desenvolvimento emocional. Talvez este seja uma das principais causas de dificuldade apresentada entre os alunos do sistema prisional. Alguns já apresentam um histórico escolar marcado por contínuos fracassos ou simplesmente abdicaram do direito de ter uma escola. No próximo tópico teço considerações sobre o chamado fracasso escolar.

2.2 O Fracasso escolar

Ter sucesso ou fracassar é algo possível na vida do ser humano, no que diz respeito às suas mais diversas atividades cotidianas. Ter êxito ou fracassar em uma tarefa é consequência de um trabalho bem ou mal realizado. Segundo Ferreira (2001, p. 358), fracasso é desastre, desgraça, ruína, perda, mau êxito e malogro. O mesmo acontece na educação quando os fatores internos e/ou externos à escola contribuem para tal fim.

As principais concepções existentes sobre fracasso escolar indicam os fatores intraescolares como os principais determinantes do insucesso acadêmico, tais como: metodologia de ensino inadequada, insuficiência da formação docente, dificuldades do sistema educacional em se adequar às necessidades atuais do aluno, visto que os mesmos estão expostos a vários estímulos e desafios e atrativos da mídia.

Por outro lado, o fracasso escolar também pode ser visto como: o não alcance dos parâmetros considerados necessários para a promoção do aluno a uma série posterior; às reprovações sucessivas na vida estudantil; a não ocorrência do processo de aprendizagem; às falhas no desenvolvimento cognitivo e moral do estudante; a dificuldade em construir conceitos, formar valores e desenvolver habilidades; problemas de saúde da criança; problemas psicológicos ou emocionais; falta de atenção, concentração e motivação para aprender; faltas excessivas às aulas e falta de estímulo e incentivo por parte da família.

O que podemos verificar é que grande parte dos professores se isentam da responsabilidade pelo insucesso do processo de aprendizagem e, conseqüentemente, do fracasso escolar. De acordo com Charlot (2000, p. 14):

A questão do fracasso escolar remete para muitos debates: sobre o aprendizado, obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das 'chances', sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a 'crise', sobre os modos de vida e os trabalhos na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania.

De alguma forma, na compreensão de muitos professores, o fracasso escolar, tem como seu principal responsável, o aluno. Quase nunca é atribuída à escola ou à própria atuação docente qualquer peso na determinação do resultado deste processo. Mas como podemos observar, há uma série de fatores envolvidos que podem contribuir de forma direta ou indireta para que isso ocorra.

Outra questão relacionada ao fracasso são os distúrbios de aprendizagem tão comuns aos nossos alunos e que, por não serem diagnosticados de forma correta ou no tempo certo, causam inúmeros prejuízos para o processo de aprendizagem.

Se os distúrbios de aprendizagem e o fracasso escolar são, sob a ótica dos professores, responsabilidade do aluno, causados por desordens orgânicas ou emocionais, torna-se natural e até mesmo correta a concepção de que

os problemas dos alunos devam ser solucionados por profissionais de saúde, confirmando a tese da medicalização do fracasso escolar. (COLLARES & MOYSÉS, 1989, p. 7 *apud* NUTTI, 2000, p.5).

Ao considerar que o aluno é responsável pelo seu próprio aprendizado ou pelo seu próprio fracasso, o papel do professor seria nulo em relação ao processo educacional. Contudo, na educação, o fracasso nem sempre está associado ao trabalho de uma pessoa isoladamente, o fracasso escolar é um somatório de diversos fatores internos e externos à escola. Este fracasso se evidencia também no dramático quadro de uma juventude que se “entrega” às drogas, de crianças abandonadas ao relento, mendigando nos sinais e nas esquinas, de superlotações de cadeias e presídios, de violência nas escolas e de outras tantas situações que demonstram o descaso e ações antissociais que ocupam as primeiras páginas dos jornais e noticiários de rádios e televisões ou que, muitas vezes, ocorrem bem próximo de nós.

Pesquisas no campo da educação apontam o fracasso escolar como sendo fruto da escola. Ao longo do tempo o problema era atribuído às secretarias de educação e, posteriormente, aos professores e até aos alunos. No entanto, Vichessi (2009, p. 82), saliente que:

Trata-se, no entanto, de um fracasso que mora na própria incapacidade da instituição. Isso porque ela não avalia a competência dos estudantes e desconhece os processos de aquisição do conhecimento, além de ser inábil em estabelecer uma ponte entre o conhecimento formal - que se deseja ensinar - e o conhecimento adquirido no convívio social.

Para o autor, a aproximação das práticas sociais às escolares favorece a utilização dos conhecimentos que o aluno possui, podendo, assim, ajudá-las a aprender conteúdos diferentes ministrados na escola. O distanciamento entre a realidade do aluno e os conteúdos trabalhados em sala de aula, bem como a metodologia aplicada podem contribuir para o desinteresse e o não aprendizado.

Os alunos considerados “problemas” comumente são das camadas mais pobres da população. Por isso, o fracasso escolar é, em parte, associado à pobreza. Essa ideia é utilizada como desculpa para mascarar a má qualidade do ensino oferecido.

Há professores que fazem um pré-conceito de seus alunos simplesmente por serem “carentes”, tirando-lhes a esperança de superação da situação em que vivem. Ocorre aí a exclusão de crianças, de adolescentes e até de adultos do universo escolar. O único problema parece estar em que aprendem e nunca nos que

ensinam. A escola não é tão somente um espaço onde ocorre a transmissão do conhecimento, é um ambiente de formação e esta formação não está restringida a uma classe ou grupo de pessoas, mas a todos sem distinção. Assim,

A superação da produção social e um conhecimento mais consistente da realidade sobre o fracasso escolar deve, necessariamente, ser resultado de um trabalho, de um esforço interdisciplinar que aproxime cada vez mais o mundo acadêmico e as redes de ensino na perspectiva de um duplo enriquecimento. Só assim pode-se contribuir para que a escola exerça seu papel de transmissora de conhecimento, sem esquecer que deve atuar com sujeitos do conhecimento coerente com o objetivo de desenvolver cidadãos críticos, capazes de construir uma sociedade democrática. (FERNANDES, 2004, p. 3).

O fracasso escolar é um problema que, para ser solucionado, precisa da participação ativa de todos os envolvidos, desde as universidades que formam o professor até as escolas que recebem o aluno e o prepara para atuar criticamente como sujeito do conhecimento e como cidadão ativo. A superação do mesmo consiste também na conquista do êxito da leitura por parte do aluno.

2.3 Obstáculos e a busca do êxito da leitura

As dificuldades de aprendizagem na área da leitura podem ser causadas por diversos fatores, tais como: atraso na fala, desenvolvimento da percepção visual ou auditiva abaixo do normal e carência alimentar. Segundo Fonseca (2008, p. 22), alguns alunos não apresentam deficiências visuais, mas são incapazes de perceber através da visão. Outros não são capazes de perceber a linguagem, mas não têm deficiência auditiva, outros ainda não são deficientes mentais, mas não conseguem aprender pelo método tradicional. Percebe-se, também, a dificuldade dos educadores em compreender sobre os distúrbios de aprendizagem.

A dislexia é um distúrbio de leitura, é a incapacidade de compreensão do que se lê, ela provoca uma dificuldade específica na aprendizagem da identificação dos símbolos gráficos devido à lesão do sistema nervoso, embora a criança apresente inteligência considerada normal. Para trabalhar com alunos disléxicos, faz-se necessário que o professor pesquise, busque ajuda de outros profissionais para melhor conhecer o assunto e daí possa fazer uma mediação na qual o aluno cresça na sua autoestima, valorizando o lado pessoal e estudantil.

Para Jussara Barros da Equipe Brasil Escola (s/d), pessoas com déficit de aprendizagem apresentam dificuldade de aprender a ler e a escrever, daí a necessidade de intervir de maneira lúdica e criativa, buscando suas possibilidades. Ao brincar com as palavras, o aluno incorpora sua realidade e se utiliza dela para se expressar e se comunicar. Através da escrita, em textos livres, ele exprime suas fantasias, suas emoções, suas ideias, seus conhecimentos, seus pensamentos.

É importante que os professores apresentem textos completos em sua totalidade e não apenas frases soltas, pois isso confere sentido à escrita. O interesse pela leitura está voltado para a função do texto e não pela escrita correta das palavras. O aprendizado da leitura é um processo contínuo que acontece através do uso da linguagem e com a compreensão de seu uso. O ensino da leitura se constituirá na busca de conhecimento, compreensão e comunicação com o mundo. Na aprendizagem de qualquer conteúdo o sujeito deve estar articulado com o universo de sua realidade.

A escola deve direcionar sua meta para a formação de leitores proficientes, ou seja, a escola deve adotar práticas cujo intuito não seja tão somente o ensino da leitura, como um ato isolado, mas que os alunos desenvolvam suas competências e faça o uso delas. Da mesma forma a escrita deve possibilitar ao aluno tornar-se apto a enfrentar as dificuldades da vida em sociedade.

O acesso à leitura é um direito de todo cidadão, pois a linguagem funciona como um elo que une o homem e a sociedade. A leitura e todos os processos que lhes envolve foi e têm sido cada vez mais alvo de constantes estudos de grandes educadores, pensadores e filósofos.

Quando o aprendizado da leitura não acontece de forma satisfatória, geralmente se atribui ao aluno algum tipo de distúrbio de aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem têm servido para denominar basicamente os alunos com problemas em leitura. Devido a sua própria história não se pode negar o predomínio da concepção lingüística no campo e segundo Wong (1996), 60% dos alunos com dificuldades de aprendizagem têm deficiência em leitura: Enquanto Lyon (1995) fala em 80% nos anos 80, a etiqueta 'dificuldades de aprendizagem da linguagem' se refere aos alunos que manifestam problemas na fala, escuta, leitura ou escrita, ou dificuldade de base lingüística na aprendizagem escolar. (SISTO, 2001, p.29).

O resultado dessas dificuldades é considerado em termos sociais e individuais, preocupantes quanto às implicações no nível familiar e escolar. Em

todas as fases, o aluno traz para a escola um conjunto de valores sobre desenvolvimento, competência e pré-requisitos de aprendizagem; e outros que requerem um diagnóstico psicoeducacional, equacionando em áreas fortes e fracas que possam abrir perspectivas para seu potencial dinâmico de aprendizagem, partindo de seu nível de conhecimento.

O professor traz também conhecimentos pedagógicos, científicos, atitudes, valores, crenças e estratégias educacionais para promover as capacidades de aprendizagem dos alunos. A aprendizagem apresentada como um processo dinâmico o aluno fica em constante interação com a turma e muda suas ideias, atitudes e aquisições.

Adaptada, a oportunidade de aprendizagem inclui uma avaliação do aluno, do envolvimento e das interações progressivas que materializam as relações indivíduo-meio. As dificuldades de aprendizagem podem ser um efeito da falta ou da carência de oportunidade, enquanto das desordens de aprendizagem equivale a problemas mais rigorosos como as incapacidades de aprendizagem.

Quando tratamos da educação prisional, o grande problema está na estrutura e nas condições oferecidas ao professor e ao aluno para que a aprendizagem aconteça. Além disso, outro fator determinante para que essa aprendizagem não ocorra de forma satisfatória é a condição emocional do aluno, que se encontra em situação de cárcere. Nesse sentido, o capítulo que se segue reflete, de forma específica, o processo educativo no sistema prisional.

3 APRENDIZAGEM E CONTEXTO CULTURAL NO SISTEMA PRISIONAL

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

(John Dewey)

A educação é direito de todos, inclusive, dos reclusos. Mas até que ponto essa educação oferecida nos sistemas prisionais influenciam na vida dos reclusos e ajuda a transformar o contexto de suas vidas? Neste capítulo propomos uma reflexão sobre o ensino no ambiente prisional, buscando compreender o difícil papel do professor para que este processo ocorra.

O fato de se inserir a educação no sistema prisional e oferecer aos presos a oportunidade de avançar em seus estudos, enquanto cumprem pena, não é algo tão recente. Isso ocorre desde o século XIX, quando a França já mencionava em sua proposta administrativa a ideia de colocar professores no interior das penitenciárias daquele país (SILVEIRA, 2003, p. 4).

Nos Estados Unidos, já desde o século XVII, um grupo religioso, chamado Quakers frequentava as penitenciárias com o intuito de alfabetizar os internos para que os mesmos lessem a Bíblia. Portanto, a leitura da Bíblia e a adesão à religião, bem como a participação nos cultos religiosos eram obrigatórios dentro das prisões. Isso correspondia à ação educativa que era desenvolvida junto aos presidiários e esperava-se que desta forma ocorresse a ressocialização dessas pessoas.

O contexto histórico da educação no sistema prisional no Brasil confunde-se em muitos pontos com o contexto da educação em nossa sociedade que está de certa forma atrelada a questões morais e religiosas. O modelo de educação dos jesuítas perpassou por muitos anos na nossa realidade educacional. O professor não seria apenas um transmissor de conhecimento, mas alguém que podia contribuir com a formação da mente, disciplinar o corpo e a alma de seus educandos, chegando a influenciar no caráter e na moral.

Este modelo de educação também foi adotado no Sistema Penal que, segundo o olhar dos educadores, seria um espaço privilegiado para a disseminação de normas que contribuiriam para que os reclusos se redimissem de seus crimes enquanto aguardavam a liberdade.

Passado este período de predominância religiosa a educação entrou no contexto da filosofia e da ciência, onde os educadores, seres “iluminados”, continuavam a orientar a alma e o corpo de seus alunos, porém, agora assegurados pela ciência de que seus papéis eram de simples transmissores do conhecimento.

Surge então um novo período na história da educação e, nesse período, nasce a ideia de educação para todos com escola gratuita e obrigatória. Nesse novo tempo, sentiu-se a necessidade de formular currículos, onde contemplassem a formação do indivíduo para o trabalho, exigência do mundo capitalista.

Neste ensejo do surgimento da educação liberal, nasce uma nova modalidade de pena para aqueles que estavam privados de liberdade, ou seja, nos sistemas prisionais. A condenação seria marcada não pelo castigo do corpo, mas com uma pedagogia inovada na tentativa de alcançar a alma deste indivíduo, cujo objetivo era amenizar o desejo de voltar a praticar crimes. Segundo Foucault (1977, p. 97), “Atrás dos delitos há a vadiagem, há a preguiça e é esta que se deve combater”. Assim, a educação seria a saída para tais males. De acordo com Silveira (2003, p. 3):

Ao perder a liberdade de seus bens, de sua honra, de seu tempo, de seu corpo, a sociedade estará ensinando a respeitar esses interesses fundamentais do homem. Portanto, a pena, assim como a educação, deve transformá-lo, deve dar sentido à sua vida, ou seja, ‘voltar a ser virtuoso’.

É percebido que a educação pode vir a ser uma porta que se abre na perspectiva de mudança nos vários sentidos da vida do ser humano, embora com suas inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo dos tempos.

A aprendizagem escolar como um todo, apresenta uma série de dificuldades no que se referem aos alunos regulares da rede pública de ensino e até privada, como já citamos anteriormente. Tais dificuldades agravam-se ainda mais entre os alunos que se encontram reclusos em sistemas prisionais ou em casas de internação provisória. Estes, em sua grande maioria, são oriundos de famílias desestruturadas, e de baixa renda, onde não tiveram oportunidade de lograr êxito na vida escolar.

Para os alunos do sistema prisional, em parte, lhe são dadas a oportunidade de estudar, já que por força da lei e dos princípios Constitucionais o Estado é obrigado a oferecer condições para educação dos presos através da Lei de Execução Penal de nº. 7.210/84. No que diz respeito à realidade cotidiana das

unidades prisionais, onde encontramos alunos com diferentes personalidades, mas com históricos e realidades sociais semelhantes, observa-se o agravamento das citadas dificuldades.

Desta forma, é possível afirmar que o Estado, ao pretender tanto a punição como a reeducação dos reclusos a uma pena privativa de liberdade, acabou tomando para si a obrigação de lhe oferecer formas para que estes possam de modo efetivo desfrutar dos benefícios advindos do trabalho desenvolvido dentro do sistema e de forma especial da formação escolar básica adquirida.

Refletiremos a seguir sobre o contexto educacional e a realidade enfrentada nas prisões, bem como as perspectivas de mudança oferecidas pela educação, além de analisarmos sobre o papel que o educador desempenha nesse processo.

3.1 Educação nas prisões: uma dura realidade

O Brasil é um dos países que apresenta um histórico de dificuldades em relação à educação, e isto se agrava quando passamos para o âmbito das unidades penais, pois se trata de alunos privados de liberdade, de uma forma geral, com famílias sem estrutura, com baixa autoestima e, sobretudo, advindas de contextos sociais e econômicos profundamente desiguais.

Garantir que o aluno aprenda é um grande desafio para o professor, essa dificuldade não se restringe apenas aos alunos reclusos, mas também aos alunos que não pertencem ao sistema prisional.

A desatenção e a falta de interesse são alguns dos grandes desafios dos professores nos dias atuais na mediação em sala de aula. Os jogos eletrônicos, a TV e a Internet são bem mais atraentes para as crianças, adolescentes e adultos do que uma sala de aula com um professor e um quadro negro como acontece na maioria das escolas públicas brasileiras. De acordo com Scoz (1996, p. 29 e 30):

A aprendizagem depende: da articulação de fatores internos e externos ao sujeito (os internos referem-se ao funcionamento do corpo como um instrumento responsável pelos automatismos, coordenações e articulações); do organismo: a infra-estrutura que leva o indivíduo a registrar, gravar, reconhecer tudo que o cerca através dos sistemas sensoriais, permitindo regular o funcionamento total; do desejo; entendido como o que se refere às estruturas inconscientes, representa o motor da aprendizagem e deve ser trabalhada a partir da relação que com ela estabelece; das estruturas cognitivas, representando aquilo que está na base da inteligência, considerando-se os níveis de pensamento propostos por Piaget, da

dinâmica do comportamento, que diz respeito à realidade que o cerca. Os fatores externos são aqueles que dependem das condições do meio que circunda o indivíduo.

Para que a aprendizagem ocorra é preciso que haja uma harmonia entre fatores internos e externos, que juntos condicionam o êxito do processo. Podemos afirmar que os fatores externos determinam grande parte das condições necessárias para o aluno aprender. Por isso, algumas das dificuldades encontradas pelos professores que lecionam com o público do sistema prisional baseiam-se no fato de que muitos não têm um histórico escolar de sucesso, interromperam seus estudos, abandonaram a escola e a maioria deles foi ou ainda é usuário de drogas, fator que dificulta ainda mais o aprendizado.

Motivar os alunos para aprender não é uma tarefa fácil para o professor, principalmente na era globalizada em que nos encontramos, mas se analisarmos a questão dos alunos reclusos, é necessário que se atente para a principal motivação em uma sala de aula. Estes alunos ganham um dia de redução na pena para cada 24 horas de trabalho, ou seja, três dias, constando na Lei de Execução Penal (7.210/84), assim, prevê no caput do artigo 126 que "O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena". De modo complementar, desde 30 de junho de 2011, está em vigor no Brasil a Lei 12.433, que garante a remição da pena por estudo.

O citado benefício para redução da pena por estudo seguirá a mesma proporcionalidade estabelecida para a redução da pena pelo trabalho, ou seja, a cada três dias de estudo diminui um dia de pena. Deste modo, como os dias de aula têm duração de 4 horas, a cada 12 horas de estudo, será descontado um dia de pena.

Baseado na idade do detento, o sistema prisional tem como base a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que consiste em um sistema de adaptação da aprendizagem, que tem como um dos objetivos diminuir a disparidade entre a faixa etária e a série ou ano que o aluno está cursando. A meta do Estado é ressocializar o jovem e o adulto para que o mesmo retorne à liberdade, para o convívio familiar ou o mercado de trabalho.

Porém, com a instabilidade que há no sistema educacional das prisões pelo fato de não ter um tempo determinado para que o aluno conclua uma etapa de

ensino, dificilmente se obtém o sucesso esperado. Muitos estão propensos ao fracasso escolar.

Contudo, o que observamos através da mídia e dos noticiários são os altos índices de reincidência criminal. Isso denota que a passagem pelo sistema prisional não vem contribuindo na ressocialização do indivíduo e que o trabalho realizado pelos profissionais não foi adequado às suas reais necessidades que, ao sair, muitos praticam crimes ainda mais violentos. Desta forma, fica exposto que o sistema prisional brasileiro e as práticas adotadas pelo sistema educacional, além dos serviços que devem ser oferecidos como psicólogos, assistentes sociais e outros ainda não são suficientes para a obtenção dos resultados esperados.

3.2 A educação e suas perspectivas

A educação dignifica o homem, porém há outras formas de contribuir com a ressocialização dos jovens e adultos em conflito com a lei, oferecendo-lhes atendimento às suas necessidades tais como médico, dentista, psicólogo etc. Estes fatores são fundamentais para auxiliar na inserção destes indivíduos no mundo, e contribuir também para melhorar sua autoestima.

Não podemos negar que, nesse contexto, a educação deve ocupar lugar de destaque, tornando-se imprescindível, se levar em consideração que a população prisional do Brasil é formada por 75% de analfabetos ou analfabetos funcionais. É muito difícil para qualquer cidadão comum inserir-se no mercado de trabalho do mundo contemporâneo, essa dificuldade aumenta quando o analfabetismo é uma realidade enfrentada pelo indivíduo, sobretudo, quando passa pela experiência do sistema prisional.

Ao considerar que um grande contingente de reclusos em sistemas prisionais ou centros de ressocialização tem um baixo nível de letramento, logo podemos perceber que tudo isso é consequência da não valorização da educação por parte deles ou de seus familiares e, por sua vez, consequência dos tantos outros problemas sociais enfrentados por ele.

A deficiência na leitura e/ou na escrita influencia de forma direta na autoestima do aluno e este é um dos maiores obstáculos para o insucesso do aluno ou mesmo dos programas educacionais oferecidos dentro do sistema prisional. O

desinteresse pela sala de aula impede-os de resgatar ou aproveitar este tempo de conhecimento que lhe é oferecido, enquanto aguarda sua liberdade.

A base dos problemas relativos ao desempenho pouco afetivo da leitura e da redação pela população brasileira reside em problemas sócio-econômicos que historicamente tem impedido o acesso privilegiado de indivíduos à comunicação escrita. Uma vez que esse contato não acontece desde o berço, essa responsabilidade é delegada exclusivamente à escola. (ROTH,1998.p 02 *apud* SILVA).

A família desempenha um papel importante na educação dos filhos. O contato com a leitura deve ser feito desde cedo e o acompanhamento do aluno feito pela família faz muita diferença para que ele obtenha bons resultados. Infelizmente, quanto mais distante se coloca a família do processo escolar mais dificuldades terá o aluno e maiores serão as probabilidades de evasão ou fracasso escolar.

A educação oferecida aos internos tem a intenção de possibilitá-los, por meio do processo de aprendizagem, uma gradativa tomada de consciência de seu aprendizado, utilizando as estratégias necessárias para superar suas dificuldades de compreensão e interpretação, seja em língua portuguesa ou em matemática. Dessa forma, estimulam-se os alunos a desenvolverem a leitura, tornando-os leitores proficientes e críticos, superando a lógica da decodificação e dando sentido ao que leem.

Em relação à escrita, as atividades desenvolvidas devem promover a inserção dos alunos na cultura letrada, permitindo-os comunicar-se com o mundo além da oralidade, seja assinando seu próprio nome ou, até mesmo, produzindo textos mais longos.

Se no sistema de ensino regular não faltam críticas, também não é diferente no sistema de educação oferecido aos internos. Na grande maioria, há uma enorme carência de recursos, de materiais, de estrutura, de recursos humanos e outros.

A educação acaba perdendo seu verdadeiro sentido e termina por ser realizada simplesmente por uma obrigação ou norma estabelecida pelo governo. Há, portanto, falta de incentivo dos governantes e da própria sociedade para que estas pessoas tenham uma oportunidade de adquirir aprendizado e conhecimento que lhes possibilitem o fortalecimento da dignidade humana com condições reais de recuperação e ressocialização.

A educação é colocada por alguns estudiosos, como importante mecanismo de reprodução do sistema capitalista, porém a educação é usada como elemento de

reprodução social em qualquer estágio da humanidade, na medida em que tem a função de socializar a cultura e reproduzir a força de trabalho (SILVEIRA, 2003, p.12).

Todavia, faz-se necessário um novo pensamento sobre o modo de atuação da escola e de seus colaboradores no que se refere ao investimento em novas metodologias e do fazer pedagógico. É necessário que os recursos tecnológicos existentes sejam levados em conta e utilizados nas mais diferentes esferas educacionais de forma mais inovadora e motivadora.

3.3 O difícil papel do professor

Lecionar nas turmas de ensino regular seja da rede pública ou privada não é tarefa fácil para o professor, pois em todo caso, exige dele formação necessária e uma dinâmica na metodologia e nas práticas. A exigência por esta formação e preparo se torna ainda maior quando essa tarefa tem de ser desenvolvida dentro de um sistema prisional. A grande questão é que muitos professores não se sentem preparados para lidar com essa realidade e nem com esse público específico, diferente do “comum”. Segundo Nóvoa (2003, p. 14):

Os professores não são anjos nem demônios. São apenas pessoas (e já não é pouco!). Mas pessoas que trabalham para o crescimento e a formação de outras pessoas. O que é muito. São profissionais que não devem renunciar à palavra, porque só ela pode libertá-los de cumplicidades e aprisionamentos. É duro e difícil, mas só assim cada um pode reconciliar-se com sua profissão e dormir em paz consigo mesmo.

Trabalhar nesse contexto é conhecer o outro lado da realidade, é enfrentar um desafio atípico do “normal”, é viver uma experiência que jamais se imaginou, pois, afinal, a formação do professor não o prepara para lidar com essas especificidades que é lecionar no sistema prisional.

Outro fator contrário é o não conhecimento do espaço e da vivência dos alunos que pode causar receio no professor frente à nova realidade. Isso nos leva a refletir quanto ao papel do educador que assume riscos e ainda é tão pouco valorizado. Por outro lado, a própria sociedade chega a classificar esses professores como loucos por aceitar o desafio de ensinar pessoas reclusas.

Para assegurar a aprendizagem do docente é necessário tomar medidas extremas, ela tem que ocorrer a qualquer custo, porém quanto à formação

profissional dos professores os esforços são pouco empregados. As instituições que formam professores não os colocam numa perspectiva de enfrentamento de situações diversas ou atípicas e não oferecem um acompanhamento nos seus primeiros anos de trabalho em sala de aula.

É necessário que os professores se assumam como produtores de sua profissão. O que implicaria desenvolver o profissionalismo docente, articulado com as escolas e seus projetos, ou seja, as escolas não mudam sem que os professores queiram e desejem e, por sua vez, estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que exercem seu ofício. (NÓVOA, 1995, p.72).

A mudança na educação passa por muitas etapas, dentre elas está a formação do professor e o projeto pedagógico das escolas que deve estar em sintonia. Cada instituição deveria ter autonomia para desenvolver seu projeto político pedagógico voltado para as necessidades dos seus alunos e para a realidade em que estão inseridos. No entanto, este é um processo lento se analisarmos a real situação da maioria das escolas públicas.

A qualidade do ensino precisa começar na formação inicial do professor, dela pode resultar o sucesso ou o insucesso de uma turma. Uma recente pesquisa realizada e publicada pela REVISTA NOVA ESCOLA (2008, p. 48), mostrou que 64% dos educadores do Brasil avaliam o curso em que se graduaram como excelente ou muito bom, mas 49% dizem que esse mesmo curso não os preparou para a realidade da sala de aula. Ou seja, os cursos parecem não focar no sentido da formação pedagógica que é o trabalho docente, ensinar.

As instituições não contemplam em seus currículos conteúdos específicos das disciplinas voltadas para a didática do trabalho docente, contudo enfatizam demais a história da educação. Há uma discrepância entre o que as faculdades ensinam e a realidade das salas de aula.

Pergunta Perrenoud: 'por que formar professores para que possam refletir sobre sua prática?'. Como resposta, coloca uma série de motivos: Como motivos, podemos esperar que uma prática reflexiva: compense a superficialidade da formação profissional; favoreça a acumulação de saberes de experiência; propicie uma evolução rumo à profissionalização; prepare para assumir uma responsabilidade política e ética; permita enfrentar a crescente complexidade das tarefas; ajude a vivenciar um ofício impossível; ofereça os meios necessários para trabalhar sobre si mesmo; estimule a enfrentar a irredutível alteridade do aprendiz; aumente a cooperação entre colegas; aumente a capacidade de inovação. (PERRENOUD, 2002, p.48.).

De acordo com o autor citado, a prática reflexiva deve ser a base da formação profissional do educador que lhe permitirá enfrentar as dificuldades crescentes de sua profissão. O professor precisa estar motivado para poder desencadear em seus alunos a motivação pela aprendizagem.

O educando precisa se sentir motivado e entusiasmado para aprender, é aí que o aspecto afetivo aparece como fundamental numa sala de aula, contudo, o professor precisa também se sentir valorizado em termos financeiro e humano. A afetividade demonstrada pelo professor tem como resposta do aluno o interesse, o despertar da curiosidade, e o respeito pelo seu mestre.

Quando um aluno encontra no professor esses quesitos ele lhe retribui com esforço e um maior interesse em aprender criando, assim, um laço de amizade e afeto. No entanto, quando o contrário acontece há por parte do aluno o desinteresse e a falta de entusiasmo. Se o vínculo afetivo deixa de existir o processo de aprendizagem também fica prejudicado, a relação professor-aluno é determinante para o sucesso do mesmo. Segundo Alves (1991, p. 13),

[...] os educadores são como velhas árvores. Possuem uma fase, um nome, uma 'estória' a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é um 'entidade', portador de um nome, também de uma 'estória', sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo para acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois.

A relação professor-aluno é fundamental para que a educação possa fluir e ela não pode ser uma relação de imposição, mas de cooperação, de respeito mútuo e de crescimento.

Na alfabetização de adultos não é diferente, alfabetizar adulto não significa apenas e tão somente ensiná-los a ler e escrever, mas prepará-lo para uma mudança de pensamento no sentido de fazê-lo acreditar no seu potencial e na sua capacidade de atuar na sociedade em que vive como cidadão ativo.

Fazem-se necessárias mudanças práticas não só nas diretrizes da educação, mas no âmbito das salas de aula, bem como uma maior valorização do profissional que nelas atuam, considerando que só a teoria não é suficiente para formar um professor competente. O trabalho em salas de aulas das unidades prisionais exige criatividade, dinâmica, discricção, ética, autoconhecimento, inovação e eficiência por parte do profissional, além de compromisso com sua turma. Essas

são algumas das qualidades necessárias para atuar como educador no sistema prisional.

Ser docente nos dias atuais requer do indivíduo reflexão e desprendimento de si, pois a realidade que se vai enfrentar é desconhecida, gerando, assim, incertezas e ansiedade. O fato da não aceitação e a rejeição por parte dos colegas de profissão aliado aos questionamentos da família sobre desempenhar a função dentro de um ambiente atípico pode contribuir para causar maior desconforto e insegurança no profissional.

É difícil para os outros compreenderem e aceitarem que um profissional possa se preparar numa instituição, muitas vezes, conceituada e após sua formação lecionar para pessoas em conflito com a lei. A prática pedagógica exige além da formação inicial, uma formação permanente da reflexão crítica sobre ela. É necessário pensar criticamente sobre as práticas passadas ou atuais para se aperfeiçoar as práticas futuras.

Quando o Estado demonstra a intenção de ressocializar e educar os reclusos sugere que os mesmos sejam transformados em pessoas capazes de conviver novamente em sociedade e que rompam com o mundo da criminalidade. Busca-se então “personalizar” o indivíduo de acordo com as normas e padrões politicamente corretos e comprometidos.

O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de um retribuição pelo trabalho penal; ela impõe ao detento a forma ‘moral’ do salário como condição de sua existência. O salário faz com que se admira ‘amor e hábito’ ao trabalho. (FOUCAULT, 1979; p 217).

Para o autor, transformar o detento em uma pessoa dócil é um dos objetivos da pena e isso contribuiria, também, para que ele adquirisse a noção de propriedade, respeito e a noção de que do seu trabalho ele poderá tirar o seu sustento. E conclui dizendo que, o trabalho penal não gera lucro, nem tampouco a profissionalização proporciona uma habilidade no interno, mas sim a constituição de poder, de um esquema de submissão individual e de ajustamento a um aparelho de Estado. Finalmente, a pena não é o valor de troca da infração, mas o ajustamento do detento no decorrer da sua condenação (FOULCAULT, 1979, p. 220).

É direito do preso, segundo a Organização das Nações Unidas (1958, p. 277), que o mesmo receba assistência educacional através da instrução escolar e a

formação profissional daquele interno. (Regras mínimas nº 77.1) e Lei de Execução Penal (art.17) Todavia, faz-se necessário um olhar mais especial para o professor e sua formação, pois, este, na maioria das vezes não recebe instrução necessária para atuar neste tipo de sala de aula.

O direito por si só explica a garantia da educação ao sujeito que não recebeu de maneira 'conveniente', além de revelar a verdadeira concepção dessas atividades que é o disciplinamento, uma reinserção dócil, uma readaptação desta feita regada de bons hábitos. (SILVEIRA 2003, p.6).

A educação e o trabalho devem ser oferecidos aos internos das penitenciárias com a justificativa de "reensinar" a vida social sem levar em conta que a educação foi pensada para formação do indivíduo como um todo.

A educação, desta forma, é mascarada, sua função é impor moralmente algo que só beneficia ao sistema capitalista cujo papel do aluno é simplesmente se adequar a esse sistema. A educação e o trabalho quando inseridos nas prisões tem o dever de conservar o que é do interesse da sociedade e renovar no indivíduo os bons hábitos que perdera.

Assim, podemos entender que a finalidade da pena é transformar o preso em um trabalhador dócil, além de dar-lhe o entendimento de respeito ao que é seu e o que é do outro. Para Foucault (1979, p. 217), a regeneração e as transformações individuais pela prisão é uma ficção jurídica.

O trabalho penal não gera lucro, nem tampouco a profissionalização proporciona uma habilidade no interno, mas sim a constituição de poder, de um esquema de submissão individual e de ajustamento a um aparelho de Estado. Finalmente, a pena não é o valor de troca da infração, mas o ajustamento do detento no decorrer da sua condenação. (*Ibid.*, p. 220).

Compreendemos que as ações educativas dentro das prisões e o trabalho do professor por si só não terão o resultado esperado até que sejam tomadas medidas por meio do Estado no sentido de punir o culpado e ao mesmo tempo contribuir na sua recuperação. Nessa direção, passo no próximo capítulo a discutir sobre as perspectivas da inclusão.

4 INCLUSÃO: MITO OU REALIDADE?

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças". (Mantoan).

A inclusão representa para nós, seres humanos, uma luta constante, visto que precisamos ser incluídos na escola, em um curso, em uma turma, em um time, em um grupo, nas mídias, na vida profissional, enfim, no mundo. Para tanto, precisamos demonstrar que somos capazes através de nosso esforço e dedicação. Para garantir nosso espaço na sociedade.

A escola é um espaço privilegiado para a inclusão, porém não basta ter uma proposta bem elaborada de inclusão ou uma arquitetura adaptada, é necessário que o fator humano esteja preparado para colocar em prática a ação. São os profissionais da educação que assumem este papel essencial para que aconteça uma educação inclusiva de qualidade.

A sociedade assume um papel importante na ressocialização das pessoas que perderam sua liberdade por um determinado tempo devido à prática de algum tipo de delito, mas que tentam retomar sua vida através das oportunidades que lhes são oferecidas. Neste último Capítulo, vamos refletir sobre o papel da sociedade na inclusão ou exclusão dessas pessoas que, muitas vezes, já são, por várias situações, marginalizadas.

O tema inclusão talvez seja um dos mais discutidos da atualidade, os meios de comunicação e as instituições têm se mobilizado na busca da tão sonhada igualdade e justiça para os diversos segmentos e classes da sociedade. É evidente a necessidade de se conviver com as diferenças, respeitando os direitos e os valores de cada indivíduo, por isso o termo "inclusão" representa uma referência de cidadania.

Desse modo, o fator educação aparece como elemento fundamental na construção do desenvolvimento humano e social. De acordo com o marco de ação de Belém, consolidado na Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA VI), realizada em 2009, afirma que o EJA deve:

Preparar todos os indivíduos para que desenvolvam seu potencial contribui significativamente para incentivá-los a conviver em harmonia e com dignidade. Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento. É particularmente importante combater o efeito cumulativo de carências múltiplas. Devem ser tomadas medidas para aumentar a motivação e o acesso de todos. (UNESCO, 2010, p. 5).

Desta forma, percebemos que a educação é parte essencial e fundamental para que este desenvolvimento integral aconteça no indivíduo. No entanto, um serviço de saúde de qualidade assistência social em todos os seus aspectos são fatores predominantes para promover esta equidade entre os segmentos sociais de nosso país.

Promover uma política de promoção do acesso e da qualidade para todos os alunos, sem que haja desigualdades, consiste em um dos maiores desafios para a educação brasileira. As diferenças entre os seres, suas raças, seus costumes, devem ser vistas como fatores que enriquecem o processo de educação e favorecem o rompimento das barreiras para a aprendizagem, propiciando a participação com igualdade de oportunidades.

Este é um desafio não somente para o Brasil, mas para muitos países que sonham em diversificar suas atuais propostas de currículo que, muitas vezes, distanciam-se das realidades impostas sejam elas rurais, urbanas, sociais ou carcerárias.

Dentro dos princípios da educação brasileira está a garantia da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, porém um dos maiores desafios da educação, neste país, ainda é promover o acesso e a qualidade do ensino, sem distinção, com igualdade e oportunidade para todos.

Há um distanciamento muito evidente entre as classes, as raças ou a condição de liberdade do indivíduo. É através do conhecimento que as pessoas podem se tornar mais fortes e embaçadas para lutar por seus direitos e buscar o espaço. Ter os mesmos direitos, as mesmas oportunidades é um ideal que precisa ser alcançado por muitos em nosso país.

O Brasil é um dos países com maior disparidade de renda do mundo, conseqüentemente o que apresenta maior índice de desigualdade social. De acordo com Henriques (2004, p.23, *apud* LEITE, 2010, p. 3), afirma:

Fosse a desigualdade de renda condizente com o grau de desenvolvimento do país, haveria em torno de 60% de pobres a menos no Brasil. Não é o que se verifica, porém. Aqueles que se encontram entre os 10% mais ricos da população apropriam-se de cerca da metade do total de renda das famílias, enquanto que no outro extremo, os 50% mais pobres detêm pouco mais de 10% da renda. E isso há pelo menos 30 anos.

Esta realidade agrava a situação de exclusão em que vivem muitas pessoas. Diante disso, torna-se mais evidente que as oportunidades no âmbito da educação e do trabalho como necessárias, porém, ainda precisam ser melhor disseminadas de forma que alcance a todos sem distinção. Precisam sair da teoria e ser colocada na prática, ser vivenciada e não apenas discursada.

Só assim poderemos ter suporte para lutar pela inclusão de todos os indivíduos que se encontram à margem da sociedade por sua condição social, étnica, ou privado de ter sua dignidade ou viver plenamente sua cidadania. Se não muda essa realidade em que se encontra a nossa sociedade, os menos favorecidos ficarão sempre desprovidos das duas pilstras fundamentais que são responsáveis por inserir um indivíduo no mundo capitalista: o trabalho e a escola e, conseqüentemente ficará mais difícil romper a barreira que separa os excluídos.

4.1 As dificuldades para romper com a barreira da exclusão

O que podemos observar no cotidiano de nossas escolas é que há, muitas vezes, um distanciamento entre o currículo e a realidade do aluno, aliada a pouca ou nenhuma valorização do ensino público por se tratar de atender sujeitos de classes pobres e sem as aparentes oportunidades. Para Torres (1994, p. 37),

[...] a reivindicação de uma 'discriminação positiva' tem exigido uma atuação cada vez maior para o âmbito desses setores marginalizados, cujas desvantagens extra-escolares se acentuaram no contexto de uma cultura escolar que difere, substancialmente, de sua cultura cotidiana e que exige deles aprendizados tradicionais.

A educação oferecida nos grandes centros urbanos e os recursos lá utilizados se distancia e muito da realidade rural ou das periferias urbanas. Daí surge alguns desafios para o professor, o de adequar os conteúdos à vivência do aluno. Há de se observar esses critérios para que a aprendizagem daquele que vive

na favela, no campo, nas prisões, seja significativa e que este não seja mais um fator causador de exclusão.

A inclusão não se restringe apenas a garantia da oferta de ensino a alunos com necessidades especiais, mas se amplia a outras diferenças seja econômica, física, intelectual, emocional, social, dentre outras. Nessa perspectiva:

Na inclusão o vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. A meta primordial da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. (WERNECK, 1997, p.52).

A oferta do ensino de qualidade e inclusivo deve começar na infância. Desde a pré-escola as crianças devem ser inseridas no mundo da leitura e da escrita. Essa qualidade se estende pelo ensino fundamental e médio, até a universidade.

As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considere as necessidades de todos os alunos e que seja estruturado de acordo com suas necessidades.

As instituições e a sociedade, em parte, têm se mobilizado no sentido da melhoria do ensino e a inclusão é parte desse movimento. Para tanto, é necessária a compreensão de que a inclusão deve ocorrer para todas as pessoas e não apenas para sujeitos com algum tipo de deficiência. A inclusão favorece a todos que a praticam, pois ensina a exercer a tolerância e o respeito ao próximo.

No âmbito da escola, o professor precisa acreditar e se colocar permanentemente em processo de inclusão, ele pode criar e reinventar oportunidades de convivência, de interação e de aproximação. É na sala de aula que surgem ocasiões onde é possível estabelecer contatos com os diversos saberes, estabelecendo a troca de experiência e a parceria.

Se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que sugerirá menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir. (FERREIRA, 2009, p. 2).

Para todo e qualquer tipo de diferença, seja ela sociocultural, econômica, física, intelectual, social, emocional, linguística, dentre outros, existe a necessidade

de se trabalhar a questão inclusiva. Pois, infelizmente, tais diferenças que poderiam aparecer como fator de enriquecimento cultural e de aprendizado, é colocado como motivo de discriminação. Entretanto, no nosso país o termo inclusão tem sido usado de forma mais comum para alunos com necessidades educacionais especiais que precisam transpor dificuldades educacionais específicas ou gerais.

Observamos que há um “esforço” para alcançar um patamar de valorização da educação inclusiva, através de projetos e programas das mais diferentes esferas sociais: governo e sociedade civil para atender as necessidades da população frente às diferenças que enfrentam. Contudo, concretamente não se nota uma mudança significativa das práticas, apenas nos conceitos. A transformação do caráter excludente ocorre de forma lenta quando se trata de jovens e adultos que vivem à “margem” da sociedade.

O propósito da educação é oferecer oportunidade de inclusão do indivíduo no mundo letrado, no convívio da sociedade, todavia o fato de o público do sistema prisional ser flutuante e instável dificulta a prática pedagógica e o alcance dos objetivos traçados. Surge, então, um obstáculo que dificulta ao professor oferecer atendimento específico de acordo com as necessidades de cada aluno.

Segundo Freire (1987, p. 44), “a ordem social injusta é a fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria”. Os jovens de nossa sociedade estão expostos aos mais diversos tipos de riscos e exclusão.

Para amenizar o caos o governo tem tentado, através da implantação de programas sociais, oportunizar o acesso ao ensino nas unidades prisionais, que representa uma importante possibilidade de participação destes jovens excluídos a nova oportunidade de vida. Significa resgatar a honra e a autoestima, pois uma grande maioria deles nem sequer concluíram a primeira etapa do ensino fundamental e tem em seu histórico escolar casos de reprovação, expulsão e abandono da sala de aula.

Mesmo que os esforços para a concretização da inclusão social tenham suas barreiras e seus impedimentos, é possível reverter este quadro e somar forças para que isso se torne realidade. Para que essa realidade aconteça talvez se faça necessária uma mudança na gestão dos programas educacionais ora oferecidos, em sua execução e estratégias para pôr em prática ou talvez no acolhimento deles por parte daqueles a quem se dirige. O que sabemos é que o quadro atual de

desigualdades precisa ser mudado para que possamos dizer de fato que vivemos num país democrático e igualitário.

4.2 Educação, um foco de esperança.

A educação para ser libertadora, permite ao indivíduo fuga da mediocridade e possibilita-o a participação nos mais diversos cenários da sociedade de forma digna com pleno gozo de seus direitos. Educar significa dotar o cidadão de conhecimento de suas possibilidades e oportunidades. Para a concepção educativa da educação popular, o senso crítico impede ao indivíduo de aceitar de forma passiva as situações que lhes são impostas e passa a reivindicar por seus direitos e valores. Assim, para Freire (1967, p. 97), a educação:

Deve ultrapassar os limites puramente pedagógicos, para ser uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política, para o desenvolvimento, para a democracia. Educação que possibilite ao homem a discussão de sua problemática e sua inserção nela, que o ajude a tomar consciência da realidade, numa atitude de constante diálogo, na análise crítica das soluções encontradas, numa certa rebeldia, na identificação com métodos e processos científicos.

Freire acena para a possibilidade de se fazer da educação a principal fonte de inclusão. E esta inclusão precisa ser em todos os setores da vida e da sociedade: no mundo da política, no campo financeiro e social, no acesso a serviços públicos de qualidade, enfim, fazer parte do todo.

O acesso a uma escola de qualidade torna o indivíduo mais exigente e consciente não permitindo ser enganado pelos mais dotados de riqueza ou saber. Se a saúde, os serviços sociais e a educação brasileira tivessem realmente a qualidade que merecem, os investimentos que lhe são designados, se os esforços para sua eficácia fossem utilizados de forma correta talvez não houvesse em nosso país tanta fome, tanta miséria, tanta prostituição, crime organizado etc. No entanto, vale ressaltar que não é só a educação que vai proporcionar isso, as questões estruturais estão profundamente ligadas a este fator.

O ensino e a aprendizagem assumem um caráter integral na formação do aluno quando os mesmos estão voltados para sua formação moral e não apenas e tão somente, formação técnica.

É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (FREIRE, 1996. P. 33).

Educar seria acima de tudo propiciar ao indivíduo autoconhecimento, fazendo com que ele tome consciência de suas possibilidades de ação e de atuação, negando qualquer tipo de alienação seja ela intelectual, social, cultural ou financeira.

Educar seria também romper cadeias que prendem o ser humano à ignorância. Educar, portanto, é proporcionar além do aprendizado da leitura e da escrita e dos conteúdos programáticos, o crescimento, a melhoria de vida, o rompimento com os vícios e toda espécie de ação que marginalize o homem ou que o aprisione. Nesse enfoque, podemos reafirmar que a educação é um bem necessário a todos e também é um direito de todos.

Em outro ângulo, quando falamos de educação prisional vemos que o direito por si só justifica a garantia da educação a pessoa que não recebeu da maneira adequada, e nem no tempo certo, ou seja, o ensino regular. Além disso, essa modalidade de ensino deixa clara a real concepção desse processo que é disciplinar, reintegrar de forma dócil, readaptar o indivíduo, porém, desta vez, acrescentado de bons hábitos. É desta forma que é pensada a educação nas prisões.

É com essa tarefa, que a educação e o trabalho devem ser oferecidos ao “malfeitor”. Considerando, ainda, que o preso é “um inimigo a quem se reensina a vida social” através da “pedagogia universal do trabalho”.

Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilidade estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio político como no econômico. Os delinquentes servem para alguma coisa. (FOUCAULT, 1979, p. 131-132).

Foucault levanta questões que é tema de discussão e preocupação para a sociedade e para aqueles que estão envolvidos no processo educacional como um todo: Será que a educação tem cumprido seu papel na vida dos alunos

encarcerados? Até que ponto ela tem contribuído para atenuar a situação de exclusão das pessoas que vivem nesta situação?

A educação oferecida aos jovens e adultos no Brasil, geralmente assume um papel apenas compensatório, já que acontece numa situação de incertezas, em condições não adequadas ou, muitas vezes, precárias e condicionadas a fortes processos de exclusão.

Em muitos casos, o ensino chega a esses estabelecimentos, às unidades prisionais, sob uma nova ideologia, com novas nomenclaturas, seja EJA, ensino a distância, ou outro, e coloca sob a responsabilidade do aluno o alcance da melhoria da qualidade de vida.

Fica evidente que a educação oferecida aos presos, associada à aplicação e execução da pena tem como finalidade intimidá-lo. Francisco Pinheiro Rodrigues, jurista brasileiro, expressou em seu trabalho *Paradoxos da Pena* (1984) questões que possibilitam desvendar as antigas doutrinas jurídicas, chamadas retributivas:

Há quem veja no medo um estímulo inferior e primitivo. Mas, na verdade, é ele o grande manancial da virtude, da democracia e do Estado de direito, tão louvado, mas mal compreendido. É o medo da reprovação que estimula o aluno a estudar matérias aborrecidas, mas necessárias. E como isso ganham o futuro profissional e a coletividade. É o medo da imprensa que leva os homens públicos a não ceder tanto à tentação de lançar mão do dinheiro público. É o medo da punição que leva um policial a não torturar um suspeito antipático. É o medo da multa alta que diminui a velocidade dos carros, [...]. É o medo da concorrência que leva o industrial a melhorar ou baratear seu produto. E por aí afora. (RODRIGUES, 1984: *apud* MIRABETE, 1997, p. 32).

Apesar do caráter intimidativo que a educação assume nas unidades prisionais, ainda se faz necessário estimular o preso a mudar sua conduta, para isso é preciso humanizar o processo do cumprimento da sentença judicial, pois afinal "o condenado continua sendo uma pessoa, cujo *status* é de condenado [...] que conserva todos os direitos reconhecidos aos cidadãos pelas normas jurídicas vigentes [...]" (MIRABETE, 1997, p. 43).

Já Foucault (1977, p.114), refutava o conceito de tratamento penal, para ele a justiça, ao afirmar sua intenção ressocializadora e educadora, tenta se liberar da má consciência de estar punindo com a escusa de visar à cura do malfeitor. Ao acolher as novas técnicas penitenciárias busca-se moldar-lhes a personalidade, segundo determinados padrões politicamente comprometidos (FOUCAULT, 1977, p.115 *apud* SILVEIRA 2003 p. 15).

Mas apesar das críticas, a lei garante um tratamento diferenciado aos presos e assegura assistência educacional e formação profissional em obediência às regras mínimas de tratamento estabelecidas pela ONU (1958, p. 277).

Contudo, acredita-se que a desintegração entre o que o aluno faz na escola durante as aulas e o que eles realizam no tempo restante, nos outros setores da unidade prisional e com os outros internos é um fator que dificulta o êxito do processo educacional nas penitenciárias. O tempo de aula é restrito e o debate sobre educação formal não ocorre entre professores e internos. A ressocialização em si atende a um número restrito de alunos em condições de escolarização.

O não atendimento à totalidade dos internos escolarizáveis deve-se ao fato do número pequeno de salas à disposição da escola em cada Unidade Prisional. Ao construir as penitenciárias não se planeja um espaço para uma escola. As celas prisionais são, muitas vezes, utilizadas como salas de aula, adaptadas para essa finalidade.

Um dos objetivos da educação é dar condições que possibilitem a edificação da própria postura ante a sociedade, propiciando o entendimento a ponto de compreender e interpretar a realidade que o cerca, encarar as dificuldades do cotidiano, buscar saídas, assumir posturas, ser crítico e agir de forma transformadora diante dos acontecimentos da sociedade ou de si mesmo, enquanto cidadão e parte integrante da sociedade.

A educação deve propiciar condições favoráveis à formação humana em sua totalidade e a escola é um dos segmentos mais propício para essa formação. No entanto, em suas práticas estão impressas seus fundamentos que podem ser para a libertação ou para a alienação da mente. Ela deve ocorrer a partir das necessidades de uma determinada realidade através de uma articulação teórico e prática e de uma ação coletiva a fim de manter ou transformar essa realidade. A seguir busco reflexões para pensar o papel das instituições e do governo nesse cenário.

4.3 O papel das instituições e do governo

As instituições universitárias têm um papel relevante na melhoria da qualidade de ensino e da educação como um todo, visto que é formadora dos profissionais que atuam nessa área. Diante disso, não podemos desconsiderar que

o sistema prisional brasileiro entra neste leque já que também é palco da disseminação do saber através da educação de reclusos.

É do conhecimento de todos que as prisões estão para desenvolver no indivíduo um novo pensar e um novo agir. Porém, o que se constata é que ao invés de transformá-los em cidadãos dignos favorecem para um distanciamento cada vez maior de uma vida honesta e justa dentro dos parâmetros legais. Por outro lado, vivenciam maior criminalidade dada as péssimas condições em que se encontram os presídios e as casas de detenção.

Construir novos estabelecimentos prisionais de forma que amenize os estados de superlotação, utilizar de uma maneira mais eficaz as penas alternativas, agilizar os processos nos fóruns pode contribuir de forma efetiva, mas reinserir o indivíduo no seio da sociedade com igualdade de condições e oportunidades é uma tarefa nada fácil. É neste momento que vem a tona o sentimento de exclusão e preconceito tão presente nos nossos dias.

É nessa ocasião que se torna fundamental o papel da sociedade, da família e dos órgãos governamentais. Dar uma nova oportunidade através de oferta de emprego, da ressocialização, do convívio, da educação, de cursos profissionalizantes ou aproveitamento desses já que muitos jovens e adultos o recebem enquanto cumprem suas penas. Fazer com que essa pessoa se sinta útil, que suas ideias sejam aproveitadas em determinadas situações ou na execução de alguma obra faria deste educando alguém mais confiante.

Será no conjunto lar/escola que se viabilizará um processo educacional que dê ao homem as condições mínimas de participar desta fatia de pessoas que tenham capacidade de gerar e utilizar eticamente as idéias, fruto de seu aprendizado somado ao potencial genético recebido por hereditariedade, mas que será diferente em quantidade e qualidade, pois é importante a diversidade das idéias para que haja diversidade de seu uso como conquista de riqueza e da exploração desta. (SATTE, 2009, p.1).

Percebemos, nesse contexto, o quanto se faz necessário uma política educacional que favoreça o aprendizado para vida, que contribua com a formação do pensamento crítico, que estimule a imaginação e a criatividade próprias de qualquer ser humano. Podemos então compreender que se houver, por parte dos governantes, interesse em oferecer uma educação de qualidade para a população, é imprescindível que haja mudanças no fazer pedagógico, o que implica na formação dos profissionais, bem como das condições estruturais das escolas.

Cabe aqui ressaltar, que as universidades por desempenharem um papel tão importante na formação da sociedade podem contribuir para a superação das desigualdades sejam sociais ou regionais através de suas práticas, ensino, pesquisa e extensão. O ensino superior não representa apenas a apropriação do saber, mas provoca o cidadão para que seja sujeito do processo de aprendizagem. É, então, que os estabelecimentos prisionais aparecem como uma oportunidade de atuação. Ambos, universidade e sistema prisional, têm a necessidade de buscar um diálogo no sentido da ajuda mútua.

O compromisso social dessas instituições de ensino deve estar mais acentuado no sentido de acabar com a exclusão social, formando seus alunos a partir de disciplinas voltadas para esse contexto. Ainda de acordo com Oliveira (2009, p.1):

Numa aproximação da Universidade com o sistema penitenciário, todos os cursos engajados terão como desafio permanente a realização de atividades e pesquisas que possibilitarão ao cidadão encarcerado durante o cumprimento de sua pena vislumbrar a busca de um novo comportamento e destino.

Considerar que a questão é complexa, pois é necessário romper com os paradigmas impostos e colocar o educando num panorama de cidadania, entendemos que uma aproximação da universidade com o sistema prisional poderá resultar numa ação mais eficaz, notável e histórica no sentido da humanização do processo.

O cuidado com a educação deveria ser prioridade para os governantes e nisso consiste a valorização dos profissionais nos seus mais variados aspectos, tais como: o humano e o financeiro. A educação pública deve receber a atenção especial, ou seja, ela precisa ter a qualidade necessária para atender as exigências da formação da grande maioria da população que depende dela para romper com a barreira da exclusão financeira, econômica e social.

A luta pela educação de qualidade e pelo estabelecimento de políticas educacionais sérias e comprometidas com a maioria deve ser uma bandeira de toda a sociedade, numa soma de esforços pelo bem comum.

Não podemos colaborar com os movimentos ou pessoas que tentam anular o conhecimento ou a aquisição do mesmo. Investir em educação nos parece ser uma necessidade.

Quando aprenderão Presidente, Ministros de Estado, Governadores, Secretários de Educação e outros tantos dirigentes, que, detendo o conhecimento, viabilizando seu crescimento, teremos as armas do desenvolvimento ao nosso lado. Não é por outro motivo que os países que nos controlam economicamente são avessos a políticas educacionais que nos coloquem em condições de competitividade igual e, lamentavelmente, em nome da governabilidade, da contenção de despesas, vamos desconstruindo os caminhos que nos conduziriam à liberdade e democracia sem adjetivos restritivos! (SATTE, 2009, p.1).

A educação enquanto não for assumida como prioridade para os governantes ela jamais cumprirá seu papel de emancipadora do indivíduo frente a sociedade. Enquanto isso, os educadores assumem o papel de meros trabalhadores em educação, pois desempenham um papel de grande valor na sociedade o de viabilizar e construir o conhecimento com uma competência que possibilite o aluno vislumbrar a liberdade de um futuro feliz com oportunidades iguais e uma vida digna.

Em entrevista à REVISTA NOVA ESCOLA (2008, p. 32) o ministro da educação Fernando Haddad fez a seguinte declaração: “Dar aula não é nada simples. Talvez seja atividade mais sofisticada que a espécie humana já concebeu”. Essa afirmação do ministro faz referência ao empenho que o Ministério da Educação e Cultura tem feito em relação à formação de professores do ensino fundamental. O Ministério, segundo a entrevista, investirá na área da educação uma quantia maior do que nos anos anteriores com o propósito de aprimorar a formação docente.

O curso de pedagogia está muito distante das necessidades de quem leciona. Para aproximar o currículo do ‘chão da escola’, deve ser criado, o sistema Nacional de Formação do Magistério. (GROSSI, 2008, p. 32).

Aproximar a realidade da sala de aula à formação do professor deve ser uma preocupação das instituições e do governo para poder dar sentido aos cursos de pedagogia oferecidos para os profissionais da educação. Diante disso, o Ministro afirma: “É preciso que as faculdades adaptem os currículos dos cursos de pedagogia à realidade da sala de aula.” (HADDAD, 2008, p. 34).

Para tanto, é necessário articular as esferas governamentais, estados e municípios, além das instituições de Ensino Superior. Ainda, segundo o ministro: “A formação do magistério deve ser feita em regime de colaboração entre união, estados e municípios.” (*Ibid.*, p. 36).

Os esforços têm sido no sentido de aumentar o percentual de professores da escola pública formado pelas universidades públicas, bem como adequar o

currículo do curso de pedagogia às necessidades da escola, sem esquecer que este profissional estará atendendo a diferentes sujeitos em diferentes situações, inclusive, nas prisões.

O ser humano deve ser o centro das políticas públicas, para isso a sociedade deve fomentar nos governantes, seus representantes no poder, o desejo de realizar ações no sentido de satisfazer os anseios da população. Dentre essas ações, a educação e a saúde devem ser prioridades, feito isso, as demais necessidades, principalmente a econômica, será melhor atendida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central identificar os fatores que dificultam o processo de aprendizagem e da leitura e da escrita pelos educandos que se encontram reclusos em casa de detenção, presídios e outros. Busquei analisar quais os empecilhos para um desenvolvimento eficaz do processo de educação dentro dessas unidades prisionais e porque é tão difícil resgatar a cidadania dessas pessoas sem a colaboração maciça da sociedade no esforço para devolvê-los a dignidade perdida.

Nessa direção, buscamos conhecer e analisar a problemática das dificuldades de aprendizagem no cotidiano escolar seja do ensino regular ou de outras formas de ensino. Procuramos também compreender como o fracasso escolar contribui para a baixa autoestima do aluno impossibilitando-o de prosseguir e ter sucesso na vida escolar, seja por fatores internos como os distúrbios de aprendizagem, seja por fatores externos como família desestruturada, pobreza, entre outros.

O professor, nesse contexto, torna-se um mediador da aprendizagem, porém sua formação inicial, na maioria das vezes, não o capacita para lidar com situações adversas em sala de aula e com os conflitos que se apresentam no dia a dia das escolas. Essa situação se agrava quando ele tem que lidar com um público formado por jovens ou adultos envolvidos no mundo da criminalidade, ou seja, que estão marginalizados pela sociedade, pela justiça e pelo sistema.

Ser professor de turmas do ensino regular da rede pública ou privada não é uma tarefa fácil, exige dele formação necessária e dinâmica na metodologia e nas práticas. A exigência por esta formação se torna maior quando essa tarefa tem de ser desenvolvida dentro de um sistema prisional. A grande questão é que nossos professores parecem não estar preparados para lidar com essa realidade.

Sabe-se que a educação é uma das molas propulsoras, a partir dela abrem-se caminhos para o debate sobre a fome, a miséria, a alienação e toda a desestrutura social e econômica de nossa sociedade. Contudo, ela precisa ser repensada de forma que venha ao encontro das necessidades daqueles que se encontram excluídos do meio social.

Ao concluir este trabalho, podemos dizer que o ensino nas unidades prisionais representa um grande desafio seja para o professor, para as instituições quanto para os governos. Há de se fazer um esforço conjunto para que seja transformada a realidade que se apresenta e que o grande objetivo do ensino não seja apenas o de cumprir com o currículo, de moldar a pessoa para a vida em sociedade, mas de formar integralmente o cidadão. A educação prisional é de longe um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro.

Por fim, posso afirmar que a educação no sistema prisional ainda está aquém das políticas prioritárias governamentais. Alguns avanços foram realizados no campo político traduzidos nos documentos oficiais, porém a prática requer um longo caminho de lutas para viabilizar direitos até então conquistados.

As considerações que se seguem não representam a conclusão do problema ora discutido e analisado, devido à amplitude do assunto e as dificuldades encontradas para a solução do mesmo. Esta pesquisa não se esgota em si, novos rumos podem ser apontados para que soluções surjam. Diante disso, recomendamos a leitura dos autores utilizados como referência para esse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1991.
- BATISTA, Antonio Augusto Gomes... et al. **Capacidades linguística da alfabetização e avaliação**. Proletramento: alfabetização e linguagem. Fasc. 01. MEC, s.d.
- BRASIL **Lei De Execução Penal**. Projeto de lei n.º 1657, de 1983 .Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1983.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília.
- CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1997.
- CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber, Elementos para uma Teoria**. Porto Alegre, Artmed, 2000.
- CUNICO, Miriam Machado. **Tutor de ead: uma inovação no ensino formal da colônia penal agrícola (cpa) do sistema prisional paranaense**. Disponível em: www.munico.com.br/arquivos/030163717.pdf . Acesso em: 23 out. 2012.
- FERNANDES, Priscila Valverde **Fracasso escolar: realidade ou produção?** Disponível em: www.urutagua.uem.br/006/06fernandes.htm. Acesso em : 12 set. 2012
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5ª EDI. VER. AMPLIADA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FERREIRA, Claudia Linhares Lucas. Artigo: **O papel do professor na Educação Inclusiva**. 2009. Disponível em: <http://www.revistapontocom.org.br/edicoes-antiores-artigos/o-papel-do-professor-na-educacao-inclusiva>. Acesso em: 24 Jan 2013.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, Jane fidelis de oliveira. **Dificuldades na Aprendizagem**. Minas Gerais. 2008. Disponível em: http://sigplanet.sytes.net/nova_plataforma/monografias../5676.pdf. acesso em 29 Jan. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296. p.

GOTTARDO, Edelar Carlos. **Fracasso escolar: família x escola**. Disponível em: www.ceedo.com.br/agora/agora2/edelar.fracassoescolar.pdf. Acesso em: 4 ago. 2012.

GURGEL, Thais. **Formação inicial: a origem do sucesso (e do fracasso) escolar**. Revista Nova Escola. N. 216. p.48-57. São Paulo. Out. 2008.

JARDIM, Wagner Rogério de Sousa. **Dificuldades de Aprendizagem no Ensino Fundamental: Manual de identificação e intervenção**. São Paulo: Loyola, 2001.

JORNAL DE DEBATE. **A educação liberta**. 4 out. 2007. Disponível em: <http://jornaldedebates.uol.com.br/debate/por-que-educacao-nao-tem-prioridade-no-brasil/artigo/educacao-liberta/9719>. Acesso em 8 nov. 2012.
KLEIMAN, Ângela. **Oficina de Leitura**. Campinas: Pontes, 1993.

LEITE, Ana Maria Alexandre. **Jovens privados de liberdade: da invisibilidade à inclusão escolar**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: www.adeepa.org.ar/congresos/.../RLE3273_Leite.pdf Acesso em: 23 out. 2012.

LOPES, Raimundo de Jesus Costa. **A matemática no cotidiano de um Discente recluso em uma unidade Prisional da zona da mata**. Disponível em: http://www.redumat.ufop.br/2011/C_24.pdf. Acesso em: 8 ago. 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Ensino inclusivo: educação de qualidade para todos**. Brasília: *Revista Integração*. SEESP, ano 8, nº 20, 1998.

MELLO, Ângela Rita Christofolo de. **Produção de Leitura: O trabalho com leitura de diversos tipos de textos e seus fundamentos lingüísticos**. 2007. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/396627>. ACESSO EM 29 Jan. 2013.

MIRABETE, J. F. **Execução Penal: comentários à Lei n.º 7.210, de 11-7-84**. 8ª Edição. Atlas. São Paulo, 1997

MOÇO, Anderson. **Alfabetização: 6 práticas essenciais na Alfabetização**. Revista Nova Escola. N. 239. São Paulo. Jan/Fev. 2011.

NÓVOA, Antonio. **Cúmplices ou reféns?** IN: Revista Nova Escola, Maio, 2003, p.14.

_____. 1995 a. **Vidas de professores**. Porto: Ed. Porto.

NUTTI, Juliana Zantut. **Concepções sobre as possibilidades de integração entre saúde e educação: um estudo de caso.** São Paulo: 2000. Disponível em: www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=53. Acesso em: 6 set. 2012.

OLIVEIRA, André Macedo de. **A contribuição da universidade na reinvenção do sistema penitenciário.** Jan 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/12883/a-contribuicao-da-universidade-na-reinvencao-do-sistema-penitenciario#ixzz2BkGEb83C>. Acesso em 9 nov. 2012.

PERRENOUD, P.A **Prática Reflexiva no Ofício do Professor – Profissionalização e Razão Pedagógica.** Artmed. 2002.

SATTE, Alam Neiff. **O fracasso escolar.** O Educacionista. Maio, 2009. Disponível em: http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=2952. Acesso em: 7 jan. 2013.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e Realidade Escolar, O Problema Escolar e de Aprendizagem.** 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996.

SILVEIRA, M. H. Pupo. **Educação e Trabalho no Sistema Prisional: Por quê e para quê educar os maus?** Dissertação de Mestrado, UFPR, 2003.

SILVA, Ana Paula de Souza e. **Direito À Educação No Sistema Prisional Projeto Apac Com Todas As Letras.** Disponível em: <http://www1.pucminas.br/proex/arquivos/artigo%20Ana%20Paula.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

SILVA, Elaine Pereira da. **A influência da leitura na escrita: uma análise em produções textuais de alunos do ensino fundamental.** Blog ensinar e aprender. 2010. Disponível em: <http://ensinareaprender2010.blogspot.com.br/2010/05/elaine-pereira-da-silva-gerluce-gomes.html>. Acesso em 29 Jan. 2013.

SILVA, Maria da Conceição Valença da. **Paulo Freire e EJA aprisionados: uma relação necessária.** Disponível em: www.ipfp.pt/cdrom/.../07.../mariadaconceicaovalencadasilva.pdf. Acesso em: 24 out. 2012.

SILVA, Nádia Maria Dias da. **Dificuldades De Aprendizagem.** Disponível em: http://www.colegiosantamaria.com.br/santamaria/aprenda-mais/artigos/ver.asp?artigo_id=1. Acesso em: 4 ago. 2012

SILVA, Sergio Manoel da. **Ser educador no sistema prisional: uma prática reflexiva.** Disponível em: www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=376&cid=9370...0. Acesso em: 6 nov. 2012.

SISTO, Fermio Fernandes...et al. **Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Psicopedagógico.** Rio de Janeiro. Vozes, 2001.

TERZI, Sylvia Bueno. **A Construção da Leitura**. São Paulo: Pontes, 1997.

UNESCO. **CONFINTEA VI . Marco de ação de Belém**. Brasília: UNESCO, 2010.

VICHESSI, Beatriz. **Somar saberes para ensinar melhor**. Revista nova Escola. N. 221. Abr. 2009.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro:WVA,1997.

XAVIER, Ana Isabel. **ONU: A Organização das Nações Unidas**. Humana Global – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento. Coimbra | Portugal. 2007. Disponível em: <http://www.publicacoeshumanas.org/download/onu.pdf>. Acesso em 29 Jan. 2013.

ZIBERMAN, Regina. **Leitura - perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Ática, 1988.

Anexos

A PAZ SE CONSTRÓI A CADA INSTANTE

Para contruí a paz as pessoas de hoje devã conviver unidas e sempre amável, com todos. Para que tudo ocorra bem não lembrãno das coisas ruins, do passado. O que é passado é passado. Vamos contruí Felicidade alegria e amor na simples Palavra PAZ.

Vamos evita guerra construíno todas as coisas Paz, convivemo como irmãos e Perdoamo uns a outro como o Pai celestial nos Perdo-a.

Vamos fazer um Brasil de Felicidade e sempre evitãno brigas.

Grande mandamento

Amã o Próximo como a si mesmo

PAZ. ESTEJA com Todos Vos.

SAL: 133.

15/10/13
 #111111

português
 Centro Educacional Dom Bosco
 Aluno: Weberson Pereira de Souza prof. Tourinho

A Paz

a paz se estabelece em todo lugar e se renova, a paz é uma coisa que a gente não vê todo dia. muitas gente vê mais a guerra do que a paz, por que a paz está de novo todo e a gente não percebe, muitas pessoas sabem que a paz não se estabelece de uma vez. para construir a paz é evitar a guerra. ser está quando se diz que a gente precisamos evitar mais as brigas evitar as confusões evitar as mentes fazer amizade de duas pessoas brigadas e chegar e fazer elas esquecerem. Comissariado a ajudar e praticar e ser educado ser educado a paz pode ser realizada em qualquer lugar, o tempo todo

Centro Educacional DOM BOSCO

Data 15/02/13

NOME: Rafael Bastos Cruz ALA: ID3

Resumo

Muitos homens sabem que a paz não se estabelece de uma vez por todas e ignora sempre, então pensam bastante em tudo o que é preciso fazer para construir e manter a guerra

A paz pode ser semeada em qualquer lugar e tempo. Ela se constrói quando aprendemos a história do mundo quando dialogamos com aqueles que têm ideias diferentes quando ouvimos diante dos insultos

É preciso que devemos procurar paz e lutar pelos atrechos e compuses não deixe mal algum pra ninguém.

Assim as pessoas não se esqueçam de que a guerra existe e que devemos prestar atenção para que ela não volte agindo assim si
Construimos a paz

PAZ É AMOR